

# Velhas ideologias para a “nova esquerda”. Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo

**Ruy Braga**

*Doutorando em Ciências Sociais na  
Universidade Estadual de Campinas*

A crise do pensamento de esquerda constitui-se num dos principais componentes da crise contemporânea. Se o capital atualiza constantemente suas estruturas de domínio através do peso da crise imposta ao conjunto das classes trabalhadoras, a saída do processo de crise é uma tarefa que recai sobre os ombros do proletariado. Somente aqueles que sofrem a exploração cotidiana podem, de fato, assumir a perspectiva da superação da crise capitalista mediante a consolidação da estratégia revolucionária melhor adequada aos dias atuais. Nesse sentido, a crise dos intelectuais pretensamente comprometidos com as classes subalternas traduz-se em entrave objetivo para o movimento de superação da crise, do ponto de vista dos trabalhadores.

O conjunto das transformações atravessadas pelo imperialismo nos dias de hoje tem levado parcelas cada vez maiores do movimento operário organizado em sindicatos e partidos a um processo de revisão das bases teórico-programáticas que orientaram seus investimentos políticos nas últimas décadas. A crise de direção do pensamento de esquerda é uma realidade palpável cristalizada no interior das organizações de combate dos subalternos. O presente artigo, longe de tentar esgotar a multiplicidade articulada das dimensões inscritas nessa problemática, pretende analisar criticamente alguns elementos do reformismo contemporâneo que consolidam posições no interior do movimento operário brasileiro

O objetivo deste artigo pode ser traduzido pela tentativa de, partindo de um balanço crítico a respeito das teses principais que sustentam o debate sobre a crise do mundo do trabalho (o debate original), chegar a uma apreciação mais sistemática da vulgarização desse debate no seio da esquerda brasileira. Para tanto, elegemos parte da produção teórica de Tarso Genro por entendermos que suas posições integram decisivamente um processo revisionista de amplo alcance dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, bem como sustentam, em grande medida, o reformismo visceral de setores expressivos do chamado campo progressista-radical brasileiro.

## Forças produtivas e crise do trabalho: apontamentos sobre o debate original

No início, o trabalho e sua crise. A literatura a esse respeito, orientada pela obra de autores decisivos como Habermas, Offe, Gorz e outros, domina parcelas expressivas da intelectualidade de esquerda nos dias atuais. Tal debate identifica-se, freqüentemente, com a problemática envolvendo o espaço ocupado contemporaneamente pelo chamado paradigma da produção.<sup>1</sup> A questão fundamental levantada pelos proponentes do debate original seria a de apontar os limites do paradigma produtivo centrado na categoria trabalho. O trabalho pode ainda ser considerado determinante, como queria o pensamento clássico, das formas de sociabilidade contemporâneas de um modo de vida que, aparentemente, prescinde dele? Em caso negativo, como parece ilustrar o debate, qual seria então o caráter determinante das transformações em processo experimentadas pelas estruturas de domínio do capital, que trariam, em si, os fundamentos últimos para esse suposto solapamento das bases sociais e materiais da categoria trabalho?

Inicialmente, trabalharemos com a hipótese segundo a qual o debate atual a respeito da crise do trabalho estrutura-se sobre bases essencialmente economicistas. Partindo da dissociação entre a problemática do trabalho e a questão da correlação de forças entre as classes, o economicismo das teses sobre a crise do trabalho opera o total abandono da possibilidade da revolucionarização das relações de produção dominantes. Para entendermos, mesmo que preliminarmente, os limites e alcance desse debate é preciso identificar alguns pressupostos.

O primeiro deles é aquele que reduz a crise capitalista contemporânea à chamada crise da sociedade do trabalho. Os dois argumentos de maior relevância invocados no sentido da justificação desse reducionismo seriam, em primeiro lugar, o intenso debate político e teórico, a respeito da crise e suas várias formas de manifestação, surgido nos últimos trinta anos.<sup>2</sup> Em segundo lugar, teríamos a problemática sobre as transformações empíricas na “esfera do trabalho” provocadas pelo incremento do progresso técnico e o decorrente aumento de desemprego, questionando os discursos e práticas dos movimentos sociais inspirados nas “utopias socialistas” surgidas no século passado. Nesse sentido, podemos dizer que o aspecto mais impor-

<sup>1</sup> Cf. Jurgen Habermas, *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, Dom Quixote, 1987; particularmente, o capítulo “Excurso sobre o Envelhecimento do Paradigma da Produção”.

<sup>2</sup> Cf., entre outros, Andre Gorz, *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982 e Claus Offe, *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

tante desse debate, várias vezes realçado por seus proponentes, é a problematização do “lugar privilegiado” ocupado pela categoria trabalho no pensamento sociológico desde a “época dos clássicos”.<sup>3</sup>

Partindo dessas considerações, os proponentes do debate vigente a respeito do esgotamento do paradigma da produção afirmam a existência de duas tendências gerais desenvolvendo-se paralelamente, sendo que, em ambas, a centralidade do trabalho é contestada: uma empírica, associada com as transformações na esfera do trabalho, tanto técnicas (subdivisão e desqualificação do trabalho), quanto culturais (mudanças de atitudes que indicam um enfraquecimento da ética do trabalho); e outra teórico-epistemológica indicada, de um lado, pela diversificação da agenda das pesquisas sociológicas, nas quais o trabalho já não é mais o tema principal e, de outro, pelo crescente debate a respeito da crise da sociedade do trabalho.

Contrariamente ao debate original entendemos o progresso técnico, substrato, em última medida, material das mutações apontadas acima, como incorporações concretas do que existe de mais fundamental na política, ou seja, a condensação das contradições classistas objetivando conferir-lhes sentido e direção.<sup>4</sup> Dessa forma, é possível dizer que o progresso técnico implementa, enquanto política, o projeto hegemônico das classes dominantes na sociedade.<sup>5</sup>

O debate sobre a crise da sociedade do trabalho não pode ser outra coisa, senão a discussão remetida à eliminação tendencial do trabalho humano enquanto “fonte última de toda a riqueza social”, bem como os desdobramentos teóricos e práticos daí decorrentes. Nesse sentido, a definição sociológica empreendida por Gorz daquilo que vem a se constituir como a moderna noção de trabalho nos parece fundamental. O trabalho para Gorz, constitui-se naquele tipo de atividade que deve ser fornecida na esfera pública (realizada por conta de um terceiro e em troca de um salário), destinar-se aos outros (segundo formas e horários fixados por

<sup>3</sup> Ver Claus Offe, *op. cit.*

<sup>4</sup> Para maiores detalhes a esse respeito, cf. Edmundo Fernandes Dias, *A liberdade (im)possível na ordem do Capital: reestruturação produtiva e passivização*, Campinas, IFCH-Unicamp, 1997; e Angela Tude de Souza, “Prefácio”; in Ruy Braga, *A restauração do Capital*, São Paulo, Xamã, 1997.

<sup>5</sup> Entender o progresso técnico como cristalização da política constitui-se em um suposto básico para romper com a perspectiva economicista presente nas teses deterministas difundidas pelo debate. Romper com o determinismo tecnológico (ou, de uma maneira mais ampla, romper com a ideologia do progresso técnico, verdadeiro *Deus ex machina* da teoria econômica burguesa) significa superar o reducionismo economicista que a tudo reifica e naturaliza.

quem paga) e, finalmente encerrar uma validade social (objetivando fins que não são escolhidos por quem trabalha).

Estamos falando, fundamentalmente, da forma social assumida pelo trabalho segundo a norma capitalista de assalariamento (mesmo que mediada pelo chamado “espaço público”). A abolição do trabalho é a abolição do regime do salariado, conseqüentemente, a abolição do capitalismo enquanto tal. A subversão da lógica do capital (sua “agonia”) é realizada, contudo, não através e a partir da política (organização e combatividade das classes subalternas), mas, sim pela técnica, mais particularmente, mediante o advento da *revolução microeletrônica*.

Entretanto, cabe a questão: qual o fundamento dessa “revolução”? Em Gorz, temos claro que essa dimensão da questão é equacionada através de um processo de *racionalização*<sup>6</sup> já dado e tomado a partir de uma divisão do trabalho, inexorável e não subordinada às determinações classistas. Assim, partindo de uma correlação progressiva da razão, neutra,<sup>7</sup> pois válida para todas as classes, Gorz pode afirmar a *novidade radical* (ruptura irreconciliável com o passado) do atual momento: a revolução das forças produtivas, superando as “amarras” da lei do valor, permitiria uma economia absoluta de capitais (fixo, variável e circulante).<sup>8</sup> Sinteticamente, tal revolução ocasionaria uma mutação no sentido da superação das bases do raciocínio econômico.

Por conta disso (a “agonia do capital” dado o fim da sociedade do trabalho), a revolução das forças produtivas subverteria o tempo de trabalho como medida do valor de troca, bem como o valor de troca como medida do valor de uso. Superar-se-ia a lei do valor, a centralidade do trabalho, a luta de classes, enfim, a lógica do capital.<sup>9</sup> O processo em

<sup>6</sup> Entendemos por racionalização, o processo de progressiva incorporação das várias dimensões da vida social ao primado do cálculo econômico.

<sup>7</sup> A hipótese da neutralidade da técnica torna-se mais clara na seguinte passagem: “Diferentemente das megatecnologias do período industrialista, que obstaculizam o desenvolvimento descentralizado, enraizado nas comunidades de base, a automatização, com efeito, é ela mesma, socialmente ambivalente. Ao passo que as megatecnologias eram tecnologias-ferroelho (*‘technologies-verrous*), a microeletrônica é uma tecnologia - encruzilhada (*‘technologie-carrefour*) ela não interdita nem impõe um tipo de desenvolvimento. Ela permite, diferentemente da (tecnologia) nuclear ou da indústria espacial, servir à hiper-centralização da mesma forma que à auto-gestão, pensar na centralização auto-gerida” (André Gorz, *Les chemins du paradis*, Paris, Galil e, 1983, p. 67).

<sup>8</sup> “Ela (Revolução Microeletrônica) não provoca somente, como quando das revoluções técnicas do passado, o decréscimo do valor do capital fixo por unidade de produto; ela inaugura o decréscimo da massa total do capital fixo posto em ação para produzir um volume rapidamente crescente de mercadorias” (*idem*, p. 68).

curso de generalização das potencialidades da automatização de atividades produtivas e de serviços em países imperialistas, sobretudo, mas não somente, “aboliria” a mais-valia na razão direta em que impossibilitaria a valorização do capital (é a chamada hipótese do “capitalismo morto-vivo” de Gorz), remetendo-nos a um só tempo, *para além do capitalismo e do socialismo*.

As bases ideológicas do socialismo estariam sendo solapadas por, segundo Gorz, a mais importante mudança sócio-cultural em curso no mundo contemporâneo: a “desafeição” frente ao trabalho. Enquanto mudança cultural-subjetiva, o indivíduo aspira a liberar-se do trabalho. Objetivamente, o sentido possível das atuais mutações em curso, para a humanidade e para o movimento dos trabalhadores, tanto do ponto-de-vista cultural, quanto econômico-político, passa a ser determinado pela revolução autônoma das forças produtivas. Aqui radica o coração da nova utopia de Gorz, a chamada “sociedade do tempo livre” onde todos poderiam trabalhar, contudo, não no sentido econômico dessa atividade. A crença é a de que a liberação do tempo dada a abolição do trabalho superaria o capitalismo sem a necessidade de uma revolução política.<sup>10</sup>

A possibilidade de uma tomada revolucionária do poder pelas classes subalternas derivava, para Gorz, diretamente da experiência “soberana” da classe no local de trabalho. Ou seja, a classe dos trabalhadores — operários profissionais polivalentes — seria o “sujeito possível” da revolução socialista na medida em que em cada operário existia uma contradição entre, de um lado, a soberania de seu trabalho e, de outro, a negação de tal soberania pelo capital.<sup>11</sup> Para Marx, segundo a leitura que dele faz Gorz, o socialismo deveria ser conduzido pela classe social

<sup>9</sup> “A novidade da presente crise, é que as mutações tecnológicas pelas quais o capitalismo responde a ela *não são mais domináveis no quadro da racionalidade capitalista*. Acelerando as destruições de capitais e empregos, tais mutações permitem produzir quantidades crescentes de mercadorias com quantidades rapidamente decrescentes de capital e de trabalho (...). A automatização tem por efeito reduzir as quantidades absolutas de capital podendo ser valorizada pela produção de uma quantidade crescente de mercadorias, tanto materiais quanto imateriais (...) *A automatização abole os trabalhadores ao mesmo tempo que os compradores potenciais*” (*idem*, p. 70; grifos nossos).

<sup>10</sup> Conforme a utopia “dual-microeletrônica” de Gorz, podemos inferir que a chamada Revolução Autônoma das Forças Produtivas, suporte material do desenvolvimento histórico, poderá levar as formações sociais contemporâneas a um aumento do grau de liberdade individual (“sociedade do tempo livre”) ou, ao contrário, ao decréscimo da liberdade causado pela difusão do desemprego. A luta política propriamente dita deve ater-se ao âmbito do sistema de trocas, dado estar determinada pelo progresso técnico na esfera da produção.

<sup>11</sup> Cf. Gorz, *op. cit.*, pp. 85 e ss.

“virtualmente majoritária”, isto é, o proletariado. A idéia de uma tomada revolucionária do poder surgia no prolongamento direto dessa hipótese.<sup>12</sup>

E o que resta, pois, ao movimento operário em um mundo onde as profissões foram destruídas pela organização científica do trabalho e o pouco trabalho inteligente e qualificado que restou deverá ser, fatalmente, abolido pela automatização? A resposta de Gorz parece bastante clara: o movimento operário, assumindo uma estratégia absolutamente defensivista está fadado a limitar-se à divisão dos “frutos” desse progresso técnico, através, principalmente, das lutas pela redução da duração anual do trabalho. Tal perspectiva nasce da constatação de que *o socialismo já foi alcançado objetivamente* por força da automatização. Essa nos permitira imaginar, precisamente, uma sociedade radicalmente diferente, onde o trabalho fosse melhor distribuído e todos tivessem mais tempo livre para o desenvolvimento de atividades autônomas.

### A vulgarização do debate original: Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo

A esquerda revisionista brasileira acompanhou esse debate de perto. Seus dirigentes e intelectuais, sobretudo, serviram-se de tais formulações em moda para a tarefa necessária de amparar o reformismo cristalizado em suas iniciativas políticas. As teses sustentadas por Tarso Genro parecem exemplares na ilustração desse movimento. Sua disposição de traduzir, elaborar e difundir o debate original por entre as fileiras de militantes da esquerda brasileira, na busca por uma refundação da “práxis” socialista, define a importância de seu investimento intelectual. O ponto de partida situa-se na tentativa de “criar uma nova identidade política e moral para a esquerda”, tendo em vista as transformações em curso na esfera produtiva e a defensiva socialista, pretensamente, daí decorrente.<sup>13</sup> O balanço analítico converge no sentido das ideologi-

<sup>12</sup> Para Gorz, a divisão capitalista do trabalho destruiu o fundamento último do socialismo ao esvaziar o poder na esfera do trabalho. Este torna-se uma atividade passiva, ou seja, pré-programada e totalmente subordinada à reprodução funcional de um aparelho que não contempla espaço para a iniciativa individual. O trabalho frente ao incremento da divisão capitalista do trabalho (sua divisão técnica e social) não mais pode ser compreendido enquanto atividade própria do trabalhador. A divisão capitalista do trabalho superou a classe trabalhadora.

<sup>13</sup> “O processo democrático clássico, frente às grandiosas revoluções da informática e da microeletrônica e diante da fragmentação completa da sociedade de classes tradicional, é incapaz de formar uma ‘vontade geral’ que se expresse como hegemonia e consenso livremente pactuado, o que torna cada vez mais difícil produzir na sociedade uma consciência crítica, capaz de sustentar um projeto de esquerda” (Tarso Genro, *Folha de S. Paulo*, 20 de setembro de 1995).

as alardeadas pelo debate original: “O operariado das fábricas da segunda revolução industrial continuará com um peso social considerável por muito tempo, mas sua tendência é esgotar-se como força política renovadora e como elemento central do processo produtivo com peso estratégico num futuro próximo”.<sup>14</sup>

Afirma-se um período sem precedentes de grandes fraturas históricas que, por sua vez, teria determinado o esgotamento das utopias surgidas com o movimento operário da “época de Marx”.<sup>15</sup> Manter-se junto ao “proletariado clássico”, sim, mas hoje buscar principalmente aqueles setores que compõem o “novo mundo do trabalho” como exigência mínima para um projeto reformista moderno. Deriva daí a idéia-força de um novo programa para as esquerdas, programa esse que não sustentasse como eixo a revolucionarização das relações de produção pela classe operária, mas sim a rearticulação das classes que emergem com a revolução microeletrônica.<sup>16</sup>

Partindo do postulado segundo o qual o capitalismo “globalizado” teria decretado o declínio estrutural da classe trabalhadora,<sup>17</sup> deslocando-a para uma posição em tudo assemelhada às demais classes subalternas, Tarso decreta a impossibilidade política das esquerdas fundamentarem seu projeto estratégico na cultura do “velho” socialismo revolucio-

<sup>14</sup> Tarso Genro, *Folha de S. Paulo*, 8 de outubro de 1995.

<sup>15</sup> “Na época de Marx, e mesmo da Terceira Internacional, a classe ‘reveladora’ dotada, segundo ele, da capacidade de propor e executar uma nova ordem social e política, tinha, no seu cerne, principalmente os operários metalúrgicos da indústria pesada. Hoje, ao lado deles, existem vários outros segmentos de trabalhadores tão ou mais importantes no processo produtivo (da indústria microeletrônica aos controladores de voo) que ‘nada têm a ver com a situação objetiva da velha classe operária’, que dominou a cena política até a década de 60” (Tarso Genro, *Utopia possível*, Porto Alegre, Artes e Ofício, 1995, p. 40).

<sup>16</sup> “Unificar os novos setores sociais emergentes da Terceira Revolução Científico-Tecnológica, com o mundo do trabalho (urbano e rural) do capitalismo tradicional. Fazer a ruptura da exclusão apontando para um novo patamar civilizatório na perspectiva do mundo futuro e não simplesmente reformar a velha casa autárquica. Os setores capazes de modernizar e dar novos padrões de produtividade ao velho modelo produtivo taylorista-fordista, vinculados ao mundo da informática, da eletrônica, das telecomunicações, da pesquisa científico-tecnológica, e a intelectualidade humanista, ameaçada de sedução pelo liberalismo, devem se constituir na espinha dorsal de um novo projeto de sociedade” (Tarso Genro, *Folha de S. Paulo*, 8 de outubro de 1995).

<sup>17</sup> “As radicais transformações no processo de trabalho, os indícios claros da cristalização do desemprego estrutural nas sociedades avançadas, a tendência da que a classe operária da grande indústria —originária da Segunda Revolução Industrial— torne-se cada vez mais obsoleta e corporativa; o surgimento de um mundo do trabalho cada vez mais complexo e estruturado em organizações produtivas horizontais, bem como a ‘privatização’ cada vez maior das emoções, face aos novos sistemas de informação e comunicações, constituem as novas bases históricas para a ‘práxis’ socialista”(Tarso Genro, *Folha de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1994).

nário, assim como na estratégia reformista social-democrática. Nesse sentido, novos setores subalternos devem ser privilegiados em detrimento das classes trabalhadoras tradicionais.<sup>18</sup> As “utopias” emancipadoras centradas na sociedade do trabalho não acompanharam a guinada pragmática dos novos tempos. O abandono da teoria da história em Marx inscreve-se num movimento genérico, e que nunca é devidamente explicado, de abandono da teoria do valor-trabalho. A noção, presente em Tarso, de ruptura radical com o passado deriva da aceitação tosca que afirma a subversão dos fundamentos do processo de valorização sem nunca demonstrá-la. Em tom sempre alusivo, Tarso vai desenvolvendo suas posições: “Defendo que, se a polêmica no PT e na esquerda se der entre ‘socialismo’ e ‘social-democracia’, ela será uma polêmica arcaica, pois o problema, hoje, é responder o que é ser esquerda e ser socialista, numa sociedade cujos valores e forma de produzir cada vez mais se afastam da Segunda Revolução Industrial”.<sup>19</sup>

Contudo, qual seria, em última instância, o fundamento histórico-concreto invocado por Tarso para alicerçar o abandono do projeto revolucionário e, de brinde, do reformismo social-democrata? Aquilo que sempre é afirmado e nunca demonstrado, ou seja, a subversão das leis da valorização, traduz a *força transformadora do incremento das forças produtivas*. Segundo o intelectual petista, o marxismo “tradicional” nunca teria se questionado sobre a seguinte hipótese: “E se a revolução das forças produtivas (ciência, técnica, instrumentos de trabalho) prejudicasse a possibilidade de mudar as relações de produção? E se as forças produtivas criassem condições de produtividade para eliminar toda a carência e, ao mesmo tempo, não impulsionassem a mudança do Estado, das relações jurídicas, de poder e distribuição? (...) Marx pensou em termos de ‘a cada um, segundo o seu trabalho’, a partir da tendência do capitalismo moderno a proletarizar e assalariar, o que seria consequência da nova organização industrial. Tal tendência se desenvolveu efetivamente até a década de 60, quando se reverteu pelas formidáveis transformações da robótica, da telemática, da informática, que tendem a ocupar cada vez menos trabalhadores nos setores que agregam valor, ou sejam, nos setores efetivamente produtivos”.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> “Quem ocupar o Estado hoje e não tiver uma base social forte no meio dos trabalhadores do setor da eletrônica, de computação, no meio dos controladores de voo e da informática em geral não dirige o país” (Tarso Genro, *Utopia possível, op. cit.*, p.165).

<sup>19</sup> Tarso Genro, *Folha de S. Paulo*, 11 de novembro de 1994.

<sup>20</sup> *Idem*, 12 de agosto de 1996.



Nestes termos, a revolução autônoma das forças produtivas “invertiria” a revolução política, tal como esta foi tratada pelo marxismo revolucionário. Exige-se, acredita Tarso, do sujeito transformador, uma *nova utopia*. Uma “utopia” que indique como os homens desejam viver bem seu cotidiano e, ao mesmo tempo, transforme a produção em instrumento — e não a finalidade — da *vida ociosa*. E qual a resposta sugerida pelo ex-prefeito petista para o movimento de difusão dessa nova utopia? “No novo mundo do trabalho é preciso reinventar tutelas jurídicas para as novas relações de trabalho e prestação de serviços, que advém das novas formas de produzir”.<sup>21</sup> A base para a sustentação da *utopia possível* radica na “(...) esfera pública não-estatal, legitimada por contrato político a partir do governo”.<sup>22</sup>

A ambivalência indeterminante da técnica, traço fundamental do debate original sobre o solapamento das bases sociais e materiais das “utopias revolucionárias”, também aparece com força na argumentação de Tarso: “A revolução da microeletrônica e da informática será apropriada para aumentar o papel da burocracia ou da cidadania?”.<sup>23</sup> A utopia alardeada por Tarso vislumbra na reforma do Estado, o instrumento capaz de disponibilizar ao conjunto das classes trabalhadoras os mecanismos de *controle consciente dos frutos do progresso técnico*. Distribuir, via Estado, os benefícios gerados pela informática para a consolidação da democracia de novo tipo, com orçamento participativo e tudo; eis o novo “que fazer”.

Na verdade, a formulação subjacente a essa tomada de posição no interior do campo crítico decorre, ao menos no âmbito intelectual, da incorporação acrítica da *tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas* somada à *tese da inexorabilidade do processo de racionalização*. No seu conjunto, aquilo que Tarso teima em não compreender é que suas análises são prisioneiras do mesmo reducionismo metodológico tipicamente economicista que este critica no marxismo vulgar. A conceituação enumerativa-objetivista das forças produtivas (tecnologia + instrumentos de trabalho), por exemplo, permanece tal como na *vulgata* stalinista. O dirigente petista pode até “invertir” o esquema mecanicista mas de forma alguma avança na superação da problemática que anuncia: “A tese de que o desenvolvimento das forças produtivas — tecnologia + instrumentos de produção — determinaria

<sup>21</sup> *Idem*, 09 de junho de 1996.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> *Idem*, 12 de junho de 1995.

ou produziria condições para a mudança das relações de produção não se confirmou. Ao contrário, o desenvolvimento das forças produtivas ‘afirmou’ o desenvolvimento capitalista, que produziu modos alternativos de dominação e de estruturação do Estado atual, *sem sequer cogitar da colocação de condições para novas relações de produção ou para a passagem a uma situação revolucionária*”.<sup>24</sup>

## Marxismo e forças produtivas: elementos para um balanço crítico

Tal tese defendida por Tarso apenas reproduz sobre bases renovadas, o reducionismo de análise que este pretende romper em seu projeto de “renovação da utopia socialista”. O problema é que Tarso, a exemplo do debate original, opera efetivamente com a categoria de forças produtivas, sem se dar conta que o conceito, em Marx, não pode ser tomado como um “dado”, mas enquanto uma *problemática*. A atribuição de uma valoração *positiva* encerrada na questão do desdobramento das pretensas potencialidades “emancipatórias” das forças produtivas —e que efetivamente se encontra presente em textos do próprio Marx, mais particularmente na *Ideologia alemã*, *Manifesto do Partido Comunista* e no “Prefácio” de 1859 —, só é possível, às custas de um enorme *reducionismo de problemática*. De fato, entre os conceitos gerais de síntese em Marx, talvez o que ofereça maiores dificuldades interpretativas em sua aparente simplicidade, seja o conceito de forças produtivas, ou, mais precisamente, o de grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Da maneira como podemos apreender a análise de Marx contida em *O capital*, o conceito de forças produtivas nada tem a ver com enumerações de “dados”, quer a robótica, quer as novas figuras do trabalho imaterial que emergem com a chamada “Terceira Revolução Industrial”. As forças produtivas não são *dados* (tecnologia + instrumentos de trabalho, como defende Tarso), passíveis de hierarquização ou substituição, mas sim, uma determinada relação de produção.<sup>25</sup> Em vista disso, o aspecto mais interessante a ser destacado a respeito das forças produtivas não é, de forma alguma, sua enumeração e substituição, o trabalho manual pela telemática; mas sim a processualidade contraditória

<sup>24</sup> Tarso Genro, *Utopia possível*, *op. cit.*, p.43.

<sup>25</sup> Cf., para maiores detalhes, Etienne Balibar, “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”; in Louis Althusser e Etienne Balibar, *Para leer El capital*, México D.F., Siglo XXI, 1980.

ria de seu desenvolvimento, visto tal processualidade encontrar-se diretamente vinculada à natureza das relações de produção vigentes e à estrutura do modo de produção.<sup>26</sup>

Tarso pressupõe a possibilidade de se considerar o incremento do desenvolvimento científico-tecnológico como o motor relativamente autônomo do movimento histórico. Tal postulado, em nossa opinião, encontra sua origem naquilo que Marx denominou “fetichismo do capital”, e cujo mecanismo objetiva apresentar as formas historicamente determinadas do desenvolvimento da produtividade (do trabalho), enquanto uma somatória de elementos tomados *em si*: as máquinas, a ciência, a formação do trabalhador...

Uma discussão sistemática sobre o estatuto do conceito de forças produtivas tomado enquanto uma problemática em Marx, exige uma verificação do texto que maiores transtornos causou a uma avaliação precisa e anti-mecanicista do conceito, ou seja, o texto do “Prefácio” de 1859. A. D. Magaline<sup>27</sup> sustenta, acertadamente, que Marx no “Prefácio”, reconduz o conjunto do movimento histórico ao desenvolvimento das forças produtivas. De fato, se formos verificar a letra de Marx: “Os homens estabelecem (...) relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (...). Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes que (...) de formas de desenvolvimento das forças produtivas (...) transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera mais ou menos rapidamente toda a imensa superestrutura”.<sup>28</sup>

Devemos, portanto, para melhor apreciarmos esta formulação, situar a questão do estatuto teórico do “Prefácio” em relação à *Ideologia* e a *O capital*. Em primeiro lugar, no que se refere à obra *A ideologia alemã*, o “Prefácio” somente reproduz suas categorias fundamentais sob uma nova designação conceitual. Na *Ideologia*, o “desenvolvimento das forças produtivas” nomeia o desenvolvimento das “potencialidades essenciais do homem”, ou seja, a manifestação *de si* do indivíduo, vale dizer, a expressão da liberdade humana frente aos imperativos naturais.

<sup>26</sup> A perspectiva teórica que faz das forças produtivas elementos isolados passíveis de enumeração e substituição conforme o estágio de seu desenvolvimento, parte do suposto de que as forças produtivas são classificáveis em subsistemas remetidos ao trabalho ou aos meios “objetivos”, quer sejam máquinas da “Segunda Revolução Industrial”, quer sejam as novas tecnologias informacionais.

<sup>27</sup> A. D. Magaline, *Luta de classes e desvalorização do capital*, Lisboa, Moraes, 1977.

<sup>28</sup> K. Marx, *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa, Estampa, 1973, pp. 28-29.

A problemática efetivamente elaborada por Marx no decorrer da análise do modo de produção capitalista, a nosso ver, rompe decisivamente com tal concepção ao introduzir os conceitos de *relações de produção e reprodução* que, além de permitir uma análise científica das condições materiais e sociais da produção, faz surgirem as condições materiais e sociais da produção, simultaneamente, enquanto condição e resultado histórico do processo de produção. Tentar apreender de uma maneira sistemática tal *ruptura de problemática*, obrigamos a abandonar radicalmente a aparente autonomia do desenvolvimento das forças produtivas, subordinando-o, tal como fez Marx em sua análise da revolução industrial, à dominância das relações de produção.

Nesse sentido, o processo de transformação das forças produtivas sob a dominância das relações capitalistas de produção não se constitui em processo localizado e datado, passível de superação juntamente com a “Segunda Revolução Industrial”, como pretende Tarso, mas um processo que se reproduz sem cessar no curso do desenvolvimento histórico. Na verdade, e contrariamente ao pretendido pelo dirigente petista, a análise de Marx não pode ser reduzida ao estudo de um determinado momento histórico. Tal análise nos permite caracterizar fundamentalmente, as tendências de transformação das forças produtivas sob a dominância das relações capitalistas de produção, traduzida em termos das formas de organização do processo de trabalho, da questão da divisão técnica do trabalho, da diferenciação das tarefas no cerne do trabalhador coletivo, da concentração das funções intelectuais e de controle nas mãos dos agentes do capital, das alterações dos instrumentos de trabalho e do desenvolvimento correlativo de novas forças motrizes e matérias-primas, entre outras...<sup>29</sup>

Efetivamente, quando falamos no Marx de *O capital* — obra que Tarso parece nunca ter passado os olhos — é preciso não esquecer de sua proposição fundamental, segundo a qual, as relações de produção capitalistas dissimulam-se por detrás de uma *aparência técnica*, ou seja, da relação entre o trabalhador e a máquina. Nesse sentido, as forças produtivas são determinadas em sua natureza e tipo de desenvolvimento pelas relações de produção vigentes, assim como pela luta de classes que tais relações condicionam. Tal determinação remete-se, em diferentes graus, ao conjunto do sistema das forças produtivas (de fato, não há, nesse sistema contraditório, elemento que seja *em si* dominante), e não, por exemplo, a um de seus elementos tomado isoladamente.

<sup>29</sup> Sempre na perspectiva de análise desenvolvida por Marx em *O capital*, a substituição do instrumento pelo sistema automático de máquinas, a conhecida passagem à grande indústria, fato esse que separa definitivamente o produtor do conjunto das condições materiais e intelectuais do processo de trabalho, permite a utilização produtiva, sob o estrito controle do capitalista e de seus agentes, dos resultados do progresso técnico.

As análises de Marx apontam, ao contrário, para um processo de materialização das relações de produção no interior de um sistema de forças determinado e onde o grau dessa materialização indica o índice do grau de dominação das relações de produção, isto é, da classe portadora de tais relações sobre o processo de produção. O capital é, ele próprio, força produtiva enquanto relação de produção materializada, personificando o conjunto do sistema de forças produtivas da sociedade, inclusive a ciência. Se o sistema de forças produtivas constitui a materialização de relações de produção contraditórias — ao contrário do pretendido por Tarso —, ele próprio deve ser entendido como um sistema contraditório, desenvolvendo-se segundo uma processualidade contraditória.<sup>30</sup>

### Considerações finais

Uma das peculiaridades mais marcantes do economicismo reside no fato de apresentar-se segundo formulações, por vezes, muito diferenciadas. A hipótese do desenvolvimento das forças produtivas enquanto força motriz última da história, hipótese essa levada até as últimas consequências pelo debate a respeito da crise do trabalho, encarna uma dessas formulações passíveis de um exame crítico mais aprofundado. Ao dissociar produção e poder, o revisionismo contemporâneo adentra o campo do “vale tudo” teórico e político. Tomado como produto recente do processo da luta ideológica das classes, o economicismo de Gorz (debate original) e Tarso Genro (vulgarização do debate) expressa, claramente, dimensões fundamentais da atual defensiva analítico-estratégica verificada, hoje, no pensamento “de esquerda”. Assim, consideramos que o economicismo encerrado nas teses sobre a crise do trabalho, revela-se verdadeiramente a partir de suas implicações prático-políticas relacionadas ao conteúdo das intervenções das classes subalternas em seus embates contra o conjunto das estruturas de exploração do capital.

O incremento das forças produtivas entendido enquanto motor *autônomo* do desenvolvimento histórico, subtraindo o espaço ocupado pelas lutas de classes, representa o fundamento último e necessário à hipótese, inerente ao debate, da supressão (pelo capital) das classes em luta. O efeito político imediato da articulação entre a tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas e a tese da inexorabilidade do processo de racionalização traduz-se no bloqueio tendencial da elaboração sistemática das

<sup>30</sup> Obviamente, o fato dessas relações materializarem-se no sistema de forças produtivas, não elimina sua *eficácia própria* em relação às demais instâncias, quer seja ideológica, política, filosófica... Finalmente, tal conceito também encerra *efeitos próprios* capazes de, por um lado, dissimular as relações de produção que se “escondem” por detrás de relações aparentemente técnicas e, complementarmente, reforçar tais relações.

classes subalternas no sentido da revolucionarização das relações de produção dominantes. A hipótese da revolução autônoma das forças produtivas, obstaculiza, na razão mesma que obscurece, a construção de um processo de apropriação que viabilize a superação da divisão social existente entre dominantes e subalternos, destruindo os fundamentos sociais e materiais da existência de classes.

A dominância da problemática das forças produtivas nas análises sobre a superação das sociedades de trabalho — tanto em Gorz, quanto em Tarso —, traço definidor, a nosso ver, da natureza essencialmente economicista do debate vigente, suscita continuamente novos problemas para o movimento organizado das classes subalternas. A disposição em identificar as forças produtivas aos meios materiais de produção desconsidera o fato de que a principal força produtiva é constituída pelos próprios produtores. As teses sobre a crise do trabalho negam, conseqüentemente, o papel decisivo das lutas ideológicas e políticas de classes, bem como a necessidade de um partido revolucionário que dirija tais lutas.

Resumidamente, a hipótese da revolução autônoma das forças produtivas serve, em última análise, de justificação a um conjunto de teses reformistas e apologéticas do progresso técnico remetido à natureza das formações sociais capitalistas contemporâneas, às condições de sua transformação e, sobretudo, às determinações necessárias ao processo de superação da crise atual. O revisionismo de Gorz e Tarso afirma que o desenvolvimento das forças produtivas, entendido como fonte progressiva de toda mudança social, depende sempre do incremento do progresso técnico o qual, por sua vez, depende, antes de tudo, dos instrumentos de produção. De redução em redução, chegamos à tese segundo a qual são os instrumentos de produção, a microeletrônica e a telemática, notadamente, assim como as modificações que estes conhecem em conseqüência do desenvolvimento incessante da produção material, os fatores determinantes das mutações e crises históricas. Os condicionantes sociais da transformação dos instrumentos de produção nunca são seriamente levados em conta ou encarados como uma questão a ser relevada. No âmbito dos instrumentos de produção é a razão alheia às contradições classistas que vigora impassível. Nada mais natural que tal razão, autônoma pois não subordinada aos determinantes sociais, constitua a fonte última da crise atual das esquerdas.<sup>31</sup>

Contrariamente aos proponentes do debate atual, o marxismo revolucionário afirma que o processo histórico é *determinado*, em última ins-

<sup>31</sup> Gorz e Tarso, dessa forma, acabam por negar, simplesmente, o fato da luta de classes desenvolver-se de modo *decisivo* na esfera da produção imediata e, nesse meio, a burguesia monopoliza os instrumentos para levar a bom termo uma iniciativa hegemônica.

tância, pelas contradições sociais de caráter classista, mesmo que mediadas pela ação de partidos, Estados, aparelhos hegemônicos ou estruturas transnacionais de poder. Tais contradições têm por base material não uma simples alteração nos instrumentos de produção, mesmo que essa seja apresentada como uma “revolução tecnológica”, mas as contradições da base econômica (a unidade complexa das relações de produção e das forças produtivas) e desenvolvem-se através das formas ideológicas as quais essas contradições dão nascimento.

O debate que Tarso vulgariza rechaça radicalmente o papel das contradições sociais, das lutas das classes subalternas no sentido da revolucionarização das relações de produção dominantes e conseqüente realização de sua visão de mundo, em favorecimento da velha disputa distributivista no interior e através do Estado burguês. Tal luta configura-se essencialmente defensivista e através desta o reformismo espera as transformações sociais mais “radicais”. O debate sobre a crise do trabalho não vai muito além de uma representação fatalista do desenvolvimento social que atribui um caráter de determinação histórica ao progresso técnico, atualizada no interior da problematização acerca de uma suposta “revolução” da microeletrônica, cibernética, informática... Longe de apontar para uma “nova identidade política e moral das esquerdas”, o coordenador da campanha presidencial de Lula atualiza e aclimata os velhos mitos da visão de mundo da burguesia, notadamente o progresso técnico e a racionalização. Como armar as classes subalternas para os embates que virão num futuro próximo, com esse entulho teórico? A campanha à presidente de 1998 ano deve indicar algumas pistas...